

TRANSFORMAÇÕES E RESISTÊNCIAS: A expansão da lógica capitalista no campo brasileiro

Poliana Back da Silveira¹

INTRODUÇÃO

Dentro de um mesmo Estado Territorial existem múltiplas territorialidades, etnias, povos e nacionalidades, e conseqüentemente diversas maneiras de se relacionar e produzir a partir da terra, partindo da visão de que o território não é simplesmente um substrato, mas possui densidade, repleto de diálogos entre a natureza e cultura, que se dão através das relações de poder (PORTO-GONÇALVES, 2015). Entre essas inúmeras maneiras de lidar com a terra, observam-se diferentes padrões familiares de produção, onde todos os membros da família ajudam de alguma maneira na plantação, o que sempre variou de acordo com a região e época na história do Brasil e do mundo. Esse padrão histórico é frequentemente nomeado pelo termo “camponês”, que de acordo com Shanin (2005), é muitas vezes mistificado e generalizado, deixando de lado suas especificidades e dinamicidade:

[...] o termo camponês não implica uma total semelhança dos camponeses em todo o mundo [...]. Os camponeses diferem necessariamente de uma sociedade para a outra, e, também, dentro de uma mesma sociedade; [...]. O camponês é um processo e necessariamente parte de uma história social mais ampla; [...]. (SHANIN, 2005, p.18).

Ressalta-se que no presente trabalho o termo “camponês” é utilizado com a definição de pequenas propriedades administradas a partir do cultivo familiar visando resistir ao modo de produção capitalista. Esse estilo de produção, bem como vários outros que juntos formam a vasta gama de maneiras de produzir alimento no Brasil, citando brevemente a produção indígena, quilombola, caiçara, faxinalense, agroecológica, etc, eram mais comuns e presentes até a década de 1960, quando se iniciou o processo de transformação do campo brasileiro pautado a partir da lógica capitalista. O presente trabalho busca analisar o processo de mecanização conservador evidenciado no campo brasileiro, partindo de conclusões tiradas em trabalho de campo realizado no dia 18 de março de 2017, no qual foi possível ter contato com

¹ Graduanda em Licenciatura e Bacharelado em Geografia na Universidade Federal do Paraná - UFPR.
polianaback@gmail.com

duas produções diferenciadas: um lote no assentamento Contestado, no qual eram adotados como métodos a agroecologia e agrofloresta; e um terreno familiar no quilombo do Feixo, que pautava a produção a partir da agricultura orgânica; ambas estando localizadas no município da Lapa –Paraná.

A transformação do campo brasileiro a partir da expansão da lógica capitalista

De acordo com Buainain (2014), o ponto de partida do desenvolvimento agrário brasileiro de base capitalista se deu em 1960 com a instituição do sistema de crédito rural e do modelo de modernização tripé, sustentado pelo crédito rural subsidiado, a extensão rural e o incentivo às pesquisas agrícolas em instituições públicas. O processo que vem ocorrendo há mais de 50 anos contou com fatores desencadeadores que intensificaram a mecanização tecnológica a partir de 1990, quando foi instituída nova política cambial e um novo padrão de financiamento passou a contar com investimento privado, além da alta na exportação de commodities para a China. Este contexto, aliado à intensificação do fluxo de exportação para o mercado externo, culminou no processo de modernização capitalista do campo, que, inspirado no modelo estadunidense pós-guerra, se alastrou rapidamente pelo território brasileiro (BUAINAIN, 2014).

Essa expansão produtiva criou padrões que alteram tanto os condicionantes quanto a dinâmica da produção agropecuária, naturalizando o processo de mecanização ao difundir esse novo modo de pensar tanto no setor público quanto no privado. Segundo Bombardi (2011), o camponês trabalha na terra até o limite de sua vida, pois seu objetivo é viver da terra e não obter lucro a partir da produção. Por conta dessa relação intrínseca ao modo de existência dos camponeses, a lógica de produção capitalista não conseguiu se proliferar no campo facilmente, pois essa forte conexão das pessoas com a terra não deixa brechas para outra lógica de vida e de produção à qual é vivenciada pelos agricultores familiares. Portanto, para se reproduzir na zona rural foi necessário que o capital realizasse diversas adaptações no campo, dentre as quais o aumento da produção para larga escala, a mecanização dos meios de produção e a busca pelo mínimo de trabalho humano possível – visando romper a relação entre o homem e a terra. Essa transformação não veio de graça, exigindo grandes investimentos por parte dos camponeses e pequenos produtores rurais que foram e continuam sendo pressionados a se adequar às mudanças, e que para tanto muitas vezes acumulam

dívidas e acabam abandonando o campo e migrando para a cidade, o que explica o inchaço das favelas e bairros marginalizados em grandes centros urbanos. A transformação do modo de produção no campo é pensada amplamente para beneficiar o capital majoritariamente estrangeiro, pois exige imensos esforços do produtor que muitas vezes não são recompensados com a produção, por conta de ervas daninhas, que tornam imprescindível um novo gasto: o uso de agrotóxicos (BOMBARDI, 2011). E assim cria-se uma bola de neve da qual o agricultor não consegue sair. Todo esse processo de transformação da maneira de produzir alimentos no Brasil que vem sendo discutido no presente trabalho serve inevitavelmente para enriquecer os bolsos de um imenso oligopólio formado por gigantes do negócio agroalimentar, pois eles controlam cada um dos setores da produção alimentar no terceiro mundo.

As diferentes maneiras de produzir no campo e a resistência: dos transgênicos e agrotóxicos à agroecologia e agroflorestas

Os transgênicos surgem no cenário da produção agrícola com a promessa do aumento da produtividade solucionando a fome no Terceiro Mundo. Entretanto, de acordo com Dufumier (2011), a crise alimentar está longe de ser resolvida de maneira tão simples. Isso porque a “revolução verde” foi traiçoeira para muitos: ao cultivar espécies geneticamente modificadas, rapidamente notou-se que elas só apresentavam alto rendimento em condições controladas e específicas, sendo necessário ao agricultor realizar diversos investimentos, como irrigação, drenagem, agrotóxicos, pesticidas etc., levando ao endividamento grave dos camponeses (DUFUMIER, 2011). Buscando contrapor essa tendência e resistir, surgem novas práticas e modos de produção, que tem como objetivo manter a produção de alimentos na perspectiva da troca entre a natureza e o homem. Durante o campo realizado foi possível observar o sucesso de dois exemplos dessas práticas, nos quais o camponês assume uma posição ativa em todo o processo produtivo, sendo a sua percepção essencial para o desenvolvimento dos cultivos. As técnicas de extração agrícola observadas não tinham muitas regras se não manter a produção de maneira limpa e alternativa às práticas do agronegócio, entendendo os conceitos ecológicos na relação entre plantas e fazendo com que a intervenção humana seja no sentido de gerar mais vida no lugar (PENEIREIRO, 2003). As propriedades visitadas apresentavam produções ricas e variadas, desenvolvidas a partir de práticas antigas e

sem nenhum tipo de químico industrializado. Entretanto, essa corrente visa um projeto de campo incompatível com o sistema capitalista de produção, logo, para implantá-lo de maneira eficaz, é necessário antes romper com a realidade que vivemos.

Conclusões

Frente a estes fatos, é inevitável concordar com Anibal Quijano, quando diz que na América Latina o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade, conforme citado por Porto-Gonçalves (2015, p. 93), no sentido em que oligarquias continuam se fazendo presentes nas relações de poder na sociedade brasileira, quiçá mundial. De acordo com Dufumier (2011), sobre a participação de estudos acadêmicos nessa problemática, é claro como o tempo despendido pelos pesquisadores agrônomos em desenvolver transgênicos seria muito mais bem empregado se estes se dedicassem à estudos que levassem em conta as condições socioeconômicas e agroecológicas das múltiplas maneiras de produzir e se relacionar com a terra, desempenhadas por camponeses ao redor do mundo, que vem criando formas de agriculturas particulares adaptadas a diferentes localidades no mundo. Para isso é necessário entender que na verdade os camponeses são os verdadeiros inventores, que apenas necessitam de aparato tecnológico e apoio para maximizar suas ideias. Em prol de construir uma produção agrícola mais limpa e sustentável, é importante levar em conta sempre as particularidades de cada uma das localidades, o que ressalta a importância dos saberes de cada camponês experiente em cada tipo de terra: soluções não faltam para tentar resolver o problema de produção alimentícia na maior parte das regiões desfavorecidas, simplesmente introduzir uma espécie aleatória e modificada geneticamente ou agrotóxicos não é uma delas, ainda mais num país vasto e múltiplo como o Brasil. O correto seria buscar otimizar e não maximizar recursos, entendendo a produção agrícola como um “processo dinâmico da natureza, e agir para a sua transformação” (GUHUR e TONÁ, 2012).

Referências

BUAINAIN, Antônio Márcio et al. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: 50 anos de uma trajetória exemplar no Brasil. In: BUAINAIN, Antônio Márcio et al. **O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola.** Brasília: Embrapa, 2014, p. 10-11.

DUFUMIER, Marc. Os organismos geneticamente modificados (OGMs) poderiam alimentar o Terceiro Mundo?. In: ZANONI, Magda; FERMENT, Gilles. (Org.). **Transgênicos para quem? Agricultura, Ciência e Sociedade**. Brasília: MDA, 2011. p.368-393.

GUHUR, Dominique Michéle Perioto; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. In CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Caudêncio. (Org.). **Dicionário da Educação no Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Fiocruz, Expressão Popular, 2012. p.59-67

PENEIREIRO, Fabiana Mongeli. **Fundamentos da Agrofloresta Sucessional**. Artigo apresentado no II Simpósio sobre Agroflorestas Sucessionais, em Sergipe, 2003.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter et al. Bye bye Brasil, aqui estamos: a reinvenção da questão agrária no Brasil. In: CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2015**. Goiânia: CPT Nacional, 2016. p.88-100.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações - o velho e o novo em uma discussão marxista**. In: Revista NERA, Ano 8, n. 7. Presidente Prudente: 2005, pp.1-21.

ZIEGLER, Jean. Destruição Massiva. In: LEME, Tiago José Risi. **Geopolítica da fome**. São Paulo: Cortez Editora, 2012. p.117-147.